



### COMISSÃO PERMANENTE DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE (CAMA)

#### **PARECER**

Processo Legislativo: PROJETO DE LEI Nº 61/2025.

Iniciativa: Prefeito Mário Sergio Lubiana (PSB).

Relatora: Vereadora Regina Tosta Machado (PV).

#### I – RELATÓRIO:

Trata-se do Projeto de Lei nº 61/2025, que dá nova redação aos incisos do art. 3º da Lei Municipal nº 3.185, de 12 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Nova Venécia-ES, de iniciativa do prefeito Mário Sérgio Lubiana.

O projeto supracitado foi apresentado ao Plenário no Expediente da Sessão Ordinária de 26 de agosto de 2025. Sendo encaminhado a esta comissão permanente de Educação, Saúde e Assistência, fui designada relatora, nos termos do art. 70 do Regimento Interno.

Encontra-se acostado aos autos do presente processo legislativo o Parecer Jurídico nº 106/2025, opinando pela constitucionalidade e legalidade da proposição, com sugestões ou restrições de apresentação de emendas ao texto (fls. 13 a 17).

De posse do processo legislativo, na condição de relatora, passo a exarar o parecer pelos fundamentos políticos abaixo.







#### II - DA IMPORTÂNCIA DO CONSELHO PARA AS POLÍTICAS RURAIS:

As políticas de desenvolvimento do setor agropecuário do Município dependem de participação de colegiados como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, conforme instituído pela Lei nº 3.185/2012.

Sobre a importância dos conselhos municipais podemos definir:

"Conselhos municipais são órgãos colegiados formados por representantes do poder público e da sociedade civil, criados por lei para discutir, fiscalizar e participar da elaboração e execução de políticas públicas municipais. Sua função principal é promover a participação cidadã e o controle social, fortalecendo a democracia ao aproximar o governo e a população nas decisões que afetam a cidade em diversas áreas como saúde, educação e assistência social."

Com relação à relevância do referido conselho, para a execução de políticas do setor, é importante relevar que todas as decisões são ampliadas de forma desconcentrada, considerando que o Conselho pode ser um parâmetro para ajudar na tomada de decisões para as políticas públicas do setor agropecuário.

O conselho ajuda a formalizar programas e projetos/atividades, e muitas ações cujos recurss são originários de outras esferas de governo, dependendo assim a aplicação ou efetivação de programa através de aprovação do conselho.

A exemplo da necessária participação e deliberação do conselho, temos o programa ou ações de crédito fundiário, em que os membros que participam do programa dependem da aprovação do conselho.

Destaca-se ainda a relevância do conselho para o sistema normativo municipal, orientando e sugerindo proposições ou mudanças na legislação municipal respectiva às políticas agropecuárias.

Quanto à justificativa da proposição, o Chefe do Poder Executivo justifica o seguinte:

"Encaminho a esta Casa de Leis o incluso Projeto de Lei, que altera o art. 3º da Lei Municipal nº 3.185, de 12 de setembro de 2012, o qual trata da composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS.

A presente proposta tem por objetivo atualizar a composição do Conselho, adequando-a à realidade institucional atual e ampliando a representatividade da sociedade civil, de forma a fortalecer os princípios da participação democrática, da pluralidade de vozes e da efetiva colaboração entre o poder público e os agentes do campo.







Desde a promulgação da norma original, diversas mudanças ocorreram no cenário rural, com reestruturações administrativas, extinção de entidades, surgimento de novas cooperativas e o aumento da organização dos trabalhadores e produtores rurais locais. Assim, manter a composição anterior, hoje desatualizada, compromete a efetividade das deliberações do CMDRS e reduz sua legitimidade como espaço de articulação de políticas públicas rurais.

A nova redação proposta contempla representantes de diversas secretarias municipais relacionadas às políticas públicas do campo, bem como entidades relevantes da sociedade civil organizada, sindicatos e cooperativas com atuação reconhecida no meio rural, promovendo um equilíbrio necessário entre a gestão pública e os interesses da coletividade.

Ressalta-se que o fortalecimento institucional do CMDRS contribui diretamente para a eficiência das ações voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, em consonância com diretrizes estaduais e federais sobre agricultura familiar, segurança alimentar, economia solidária e uso sustentável dos recursos naturais.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres vereadores para a aprovação do presente Projeto de Lei, certos de que a medida contribuirá significativamente para a modernização e democratização da política rural do Município de Nova Venécia.

É a mensagem encaminhada para apreciação de Vossas Excelências."

O parecer jurídico anexado aos autos do presente processo legislativo opina pela constitucionalidade e legalidade, contudo, sugere ou indica restrições que poderão ser corrigidas por meio de emenda legislativa.

Entendo ser viável e necessária a apresentação de emenda alterando a redação do art. 1º do projeto, para que seja assim seja feita a devida organização e quantitativo de membros do conselho previstos no art. 3º da Lei nº 3.185/2012.

#### III - VOTO DA RELATORA:

Diante de todo o exposto, considerando a necessidade de melhor organização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 61/2025, com restrições de que seja apresenta emenda.

É o PARECER pela aprovação do Projeto de Lei nº 61/2025 com restrições.





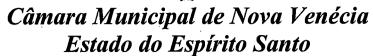


Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 15 de outubro de 2025; 71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

REGINA TOSTA MACHADO Relatora – membro da CAMA Vereadora pelo PV









### COMISSÃO PERMANENTE DE AGRICULTURA E MEIO **AMBIENTE (CAMA)**

#### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 61/2025

PROJETO:	PROJETO DE LEI Nº 61/2025: que dá nova redação aos incisos do art. 3º da Lei Municipal nº 3.185, de 12 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Nova Venécia-ES.
INICIATIVA:	Prefeito Mário Sérgio Lubiana (PSB).
RELATORA:	Vereadora Regina Tosta Machado (PV).

A Comissão Permanente de Agricultura e Meio Ambiente (CAMA) manifesta-se pela aprovação do Parecer da relatora da matéria, Vereadora Regina Tosta Machado (PV), às folhas 28 a 31 por maioria de seus membros.

Aprovado o parecer da relatora na Reunião Ordinária de 22 de outubro de 2025, o que, de acordo com o art. 73, caput, do Regimento Interno, prevalece como o parecer desta Comissão Permanente.







É o PARECER DA COMISSÃO Permanente de Agricultura e Meio Ambiente (CAMA) pela APROVAÇÃO do PROJETO DE LEI Nº 61/2025 com restrições.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 22 de outubro de 2025; 71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

**DENEVAL ROCHA**Presidente da CAMA
Vereador pelo PSD

SAUL DE SOUZA RIBEIRO Vice-presidente da CAMA Vereador pelo PL

